



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE GRAJAÚ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS-GEOGRAFIA**

NATHALIA PEREIRA DA SILVA REIS

**PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: a implementação do Projeto
Profissional dos Jovens (PPJ) egressos do Projeto de Assentamento Boa
Vista em Grajaú-MA**

**GRAJAÚ-MA
2025**

NATHALIA PEREIRA DA SILVA REIS

**PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: a implementação do Projeto
Profissional dos Jovens (PPJ) egressos do Projeto de Assentamento Boa
Vista em Grajaú-MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em Ciências Humanas-
Geografia do Centro de Ciências de Grajaú, da
Universidade Federal do Maranhão (UFMA),
como requisito parcial para a obtenção do título
de Licenciatura em Ciências Humanas-Geografia.

Orientador: Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva

GRAJAÚ-MA
2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Pereira da Silva Reis, Nathalia.

Pedagogia da Alternância: a implementação do Projeto Profissional dos Jovens PPJ egressos do Projeto de Assentamento Boa Vista em Grajaú-MA / Nathalia Pereira da Silva Reis. - 2025.

36 p.

Orientador(a): Marcos Nicolau Santos da Silva.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas Geografia, Universidade Federal do Maranhão, Grajaú-ma, 2025.

1. Educação do Campo. 2. Pedagogia da Alternância. 3. Juventude Rural. 4. Protagonismo Juvenil. 5. Projeto Profissional do Jovem. I. Santos da Silva, Marcos Nicolau. II. Título.

NATHALIA PEREIRA DA SILVA REIS

**A COMUNICAÇÃO ENTRE PROFESSOR E ALUNO COM TRANSTORNO
DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO REGULAR: um estudo sobre a inclusão
escolar no município de Grajaú-MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Maranhão – UFMA,
Centro de Ciências de Grajaú, como requisito
parcial para a obtenção do grau de Licenciatura
em Ciências Humanas-Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da
Silva

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva - Orientador
UFMA/Centro de Ciências de Grajaú

Prof. Dr. Luciano Rocha da Penha
UFMA/Centro de Ciências de Grajaú

Prof. Eliezer Henrique da Silva Sousa
UFMA/Programa de Pós-Graduação em Geografia

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, pela saúde e pela força que me sustentou em todos os momentos desta caminhada.

À minha família, pelo amor incondicional, paciência e incentivo constantes, que foram fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui.

Aos meus colegas e amigos, que compartilharam comigo palavras de apoio, encorajamento e compreensão nos momentos de maior desafio.

Ao meu namorado, pela presença, pelo apoio emocional, pelo companheirismo e pela compreensão diante dos desafios dessa etapa.

Ao meu orientador, pela dedicação, pelas orientações valiosas e pela confiança depositada em meu trabalho.

Dedico este trabalho à minha irmã, companheira de vida, que sempre acreditou em mim e esteve ao meu lado em todos os momentos. Sua força, seu amor e sua presença constante foram e sempre será um alicerce na minha caminhada.

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: a implementação do Projeto Profissional dos Jovens (PPJ) egressos do Projeto de Assentamento Boa Vista em Grajaú-MA

PEDAGOGY OF ALTERNATION: the implementation of the Youth Professional Project (PPJ) by former students of the Boa Vista Settlement Project in Grajaú-MA

Nathalia Pereira da Silva Reis – Discente

Discente do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas-Geografia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA/Centro de Ciências de Grajaú.
reis.na98@gmail.com

Marcos Nicolau Santos da Silva – Orientador

Professor do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas-Geografia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA/Centro de Ciências de Grajaú.
marcos.nicolau@ufma.br

Resumo: Este trabalho analisa a implementação da Pedagogia da Alternância no âmbito do Projeto Profissional do Jovem (PPJ), desenvolvido com egressos do Projeto de Assentamento Boa Vista, no município de Grajaú-MA. A pesquisa parte da inquietação em investigar se essa metodologia pedagógica contribuiu para a formação da autonomia e do protagonismo juvenil no campo, articulando teoria e prática por meio dos tempos de escola e de comunidade. O estudo adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, utilizando como instrumento de coleta de dados um questionário semiestruturado, composto por 13 questões abertas e fechadas, aplicado a 10 jovens concluintes do PPJ entre 2023 e 2024. O questionário foi encaminhado em formato digital por meio do aplicativo WhatsApp, e as respostas foram tratadas pela técnica de análise de conteúdo, que possibilitou a categorização das informações em eixos temáticos. Os resultados indicaram que o PPJ foi amplamente avaliado de forma positiva pelos participantes, destacando-se o desenvolvimento de aprendizagens técnicas relacionadas à agricultura familiar, bem como o fortalecimento de competências pessoais, como autonomia, disciplina e capacidade de enfrentar desafios. Além disso, verificou-se que o projeto contribuiu para a permanência de parte dos jovens no campo e ampliou suas perspectivas de futuro, ainda que persistam limitações estruturais como escassez de recursos financeiros e insuficiência de políticas públicas de apoio. Conclui-se que o PPJ, enquanto instrumento da Pedagogia da Alternância, constitui-se como prática pedagógica relevante para a educação do campo, favorecendo a valorização dos saberes locais e a construção de projetos de vida enraizados no território.

Palavras-chave: Educação do Campo; Pedagogia da Alternância; Juventude Rural; Protagonismo Juvenil; Projeto Profissional do Jovem

Abstract: This study analyzes the implementation of the Pedagogy of Alternation within the scope of the Youth Professional Project (PPJ), developed with graduates from the Boa Vista Settlement in the municipality of Grajaú-MA, Brazil. The research aimed to understand how this pedagogical methodology contributed to the development of autonomy and youth protagonism in rural areas, by articulating theory and practice through the alternation between school time and community time. A qualitative, exploratory-descriptive approach was adopted, using a semi-structured questionnaire composed of 13 open and closed questions, applied to 10 young graduates of the PPJ between 2023 and 2024. The questionnaire was distributed in digital format via the WhatsApp application, and the responses were analyzed using the technique of content analysis, which enabled the categorization of information into thematic axes. The results showed that the PPJ was widely evaluated positively by the participants, especially in terms of the development of technical learning related to family farming,

as well as the strengthening of personal competencies such as autonomy, discipline, and the ability to face challenges. Furthermore, the project was found to contribute to the permanence of some Young people in rural areas and to broaden their future perspectives, although structural limitations persist, such as a lack of financial resources and insufficient public policies to support continuity. It is concluded that the PPJ, as an instrument of the Pedagogy of Alternation, constitutes a relevant pedagogical practice for rural education, fostering the valorization of local knowledge and the construction of life projects rooted in the territory.

Keywords: Rural Education; Pedagogy of Alternation; Rural Youth; Youth Protagonism; Youth Professional Project.

Introdução

A educação brasileira, em sua trajetória histórica, sempre refletiu as desigualdades sociais e regionais que marcam o país. No contexto rural, em especial, a oferta educacional por muito tempo foi caracterizada pela precariedade e pela desconsideração das especificidades dos sujeitos do campo. Modelos pedagógicos urbanos foram impostos às comunidades rurais, desvalorizando seus modos de vida, saberes e práticas, o que contribuiu para altos índices de evasão escolar, dificuldades de permanência dos jovens no campo e, conseqüentemente, para o fortalecimento do êxodo rural. Como destaca Arroyo (2004), a escola rural historicamente negou a cultura camponesa ao reproduzir currículos urbanos, o que evidencia a necessidade de modelos pedagógicos que dialoguem com as realidades locais.

Nesse cenário, emerge a necessidade de uma proposta educativa que reconheça e valorize a realidade camponesa, articulando a escola ao território e promovendo uma formação integral e crítica. É justamente nesse cenário que surge a Pedagogia da Alternância, uma proposta que procura unir teoria e prática, organizando o aprendizado entre o tempo vivido na escola e o tempo vivenciado na comunidade (Gimonet, 2007; Freitas et al., 2024).

Criada na França em 1935, a Pedagogia da Alternância foi concebida com o objetivo de atender às necessidades de jovens rurais que, devido à rigidez dos sistemas escolares tradicionais, encontravam dificuldades em conciliar o aprendizado formal com as demandas da vida no campo. A experiência pioneira das Maisons Familiales Rurales, idealizadas por Abbé Granereau, mostrou que a formação integral dos jovens só seria possível se unisse o conhecimento científico às práticas cotidianas (Granereau, 2020). Essa proposta rompeu com a lógica da educação bancária criticada por Freire (1996), abrindo espaço para uma formação que valoriza a cultura, o trabalho e as experiências de vida como partes inseparáveis do processo de aprender.

No Brasil, a Pedagogia da Alternância foi introduzida na década de 1960, por meio da fundação das primeiras Escolas Famílias Agrícolas (EFA) no Espírito Santo, iniciativa de imigrantes italianos que se inspiraram na experiência francesa. Desde então, essa metodologia

se expandiu para diversas regiões, especialmente em áreas de reforma agrária e comunidades camponesas. Entre os programas que incorporaram essa proposta está o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que fortaleceu o papel das EFA na formação de educadores e jovens do campo, reafirmando a alternância como prática pedagógica comprometida com a transformação social.

No estado do Maranhão, a Pedagogia da Alternância ganhou espaço em assentamentos rurais, entre eles o Projeto de Assentamento Boa Vista, no município de Grajaú, que se consolidou como uma experiência significativa de educação do campo. Nesse contexto, destaca-se o Projeto Profissional do Jovem (PPJ), instrumento pedagógico que integra a metodologia da alternância e consiste na elaboração de um plano de vida e de ação profissional elaborado pelo estudante, em diálogo com a escola, a família e a comunidade. O PPJ não se limita à dimensão técnica, mas busca promover a autonomia, o protagonismo juvenil e a valorização dos saberes locais, articulando o conhecimento científico às práticas do cotidiano.

A presente pesquisa parte da seguinte questão norteadora: de que forma a Pedagogia da Alternância contribuiu para a elaboração e realização do Projeto Profissional do Jovem (PPJ) entre os egressos do Assentamento Boa Vista, fortalecendo sua autonomia e protagonismo no meio rural? Parte-se da hipótese de que a metodologia da alternância, ao articular teoria e prática, favorece a formação integral dos estudantes, possibilitando que construam projetos de vida enraizados em seu território e comprometidos com o desenvolvimento local.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar como a Pedagogia da Alternância contribuiu para a elaboração e realização do PPJ entre os egressos do Projeto de Assentamento Boa Vista, ressaltando seu papel na formação da autonomia e do protagonismo juvenil no campo.

A escolha por este tema se justifica por diferentes razões. Em termos pessoais, reflete o interesse em compreender e valorizar práticas educativas que se aproximam das realidades locais e que reconhecem os jovens do campo como sujeitos históricos. Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa contribui para ampliar os debates sobre a educação do campo, destacando a Pedagogia da Alternância como uma metodologia inovadora e eficaz no enfrentamento das desigualdades educacionais. Já em termos sociais, a relevância se evidencia na medida em que o estudo aponta caminhos para a permanência digna dos jovens no campo, para o fortalecimento da agricultura familiar e para a construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento.

Este trabalho está organizado em diferentes seções que se articulam de forma a aprofundar a análise proposta. Após esta introdução, apresenta-se um referencial teórico

dividido em três partes principais: a primeira aborda os fundamentos da Pedagogia da Alternância e sua relevância para a educação do campo; a segunda discute a relação entre a Educação do Campo e a Alternância, situando historicamente sua implementação no Brasil e no Maranhão; e a terceira trata dos instrumentos pedagógicos utilizados na alternância, com destaque para o PPJ.

Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, que envolveu a aplicação de questionários a jovens egressos do PPJ no Assentamento Boa Vista. Posteriormente, discute-se os resultados obtidos, analisando os impactos da Pedagogia da Alternância e do PPJ na vida dos participantes. Por fim, as considerações finais sintetizam as principais conclusões do estudo, apontando as contribuições da pesquisa e possíveis caminhos para o fortalecimento da educação do campo no Brasil.

Dessa forma, a presente investigação se insere no esforço de valorização da educação do campo e da Pedagogia da Alternância, reafirmando a necessidade de políticas públicas e práticas pedagógicas que dialoguem com a realidade dos sujeitos rurais. Ao destacar a experiência dos jovens egressos do Assentamento Boa Vista, busca-se evidenciar como o PPJ, enquanto instrumento da alternância, se configura como ferramenta de emancipação e de construção de projetos de vida enraizados no território e comprometidos com a transformação social.

Pedagogia da Alternância: fundamentos e relevância para a Educação do Campo

A pedagogia da alternância é uma proposta educacional que se destaca pela integração entre teoria e prática, tendo como objetivo proporcionar uma formação contextualizada com as vivências dos estudantes do meio rural (Nosella, 2012; Valadão, 2024). Essa proposta educativa visa romper com a dicotomia entre o saber acadêmico e a prática cotidiana dos sujeitos do campo, ao alternar momentos de aprendizagem na escola com atividades no meio familiar e comunitário (Freitas et al., 2024; Valadão, 2024).

A criação da pedagogia da alternância remonta ao ano de 1935, na França, onde foi idealizada por Abbé Granereau (Valadão, 2024). Essa iniciativa surgiu da necessidade de adaptar a educação à realidade dos jovens do campo, que enfrentou dificuldades para continuar seus estudos em um sistema escolar tradicional. A experiência inicial ocorreu com a fundação das primeiras *Maisons Familiales Rurales*, que buscavam integrar conhecimentos acadêmicos e práticas agrícolas, promovendo a permanência dos jovens no campo

(Granereau, 2020; Melo; Torres, 2023; Gerke, 2024; Freitas et al., 2024; Valadão, 2024). De acordo com Freitas et al. (2024, p.451):

As primeiras iniciativas voltadas para a educação do/no campo contribuíram para a consolidação de práticas pedagógicas que se mostraram como uma proposta metodológica interessante, enriquecedora, principalmente por estar relacionada com as experiências (coletivas e culturais da comunidade local).

O conceito de alternância, nesse contexto, refere-se à divisão do processo formativo em dois tempos: o tempo-escola e o tempo-comunidade. De acordo com Granereau (2020), essa dinâmica pedagógica nasceu da convicção de que a formação dos jovens do campo só seria eficaz se unisse o saber acadêmico à prática cotidiana, promovendo um verdadeiro diálogo entre teoria e vida. Assim, durante o tempo-escola, os estudantes participam de atividades pedagógicas formais, enquanto no tempo-comunidade aplicam os conhecimentos adquiridos em suas atividades cotidianas, possibilitando uma formação integral e contextualizada (Mileo Junior; Rezende Filho, 2023).

Para Freitas et al., (2024, p.452):

A Pedagogia da Alternância está associada com a educação do/no campo, isso faz com que o professor assuma a responsabilidade de encontrar caminhos que permitam a conciliação de seu trabalho com a realidade dos alunos que moram em locais onde a agricultura familiar é uma prioridade.

A pedagogia da alternância tem como finalidade a construção de um processo educativo que respeite a cultura, os saberes e a identidade dos povos do campo. Segundo Almeida, Barcelos e Gomes (2021, p.7), “a Pedagogia da Alternância oferece expressivas contribuições nesse sentido, concretizando elementos teórico-metodológicos da Educação Popular como o diálogo e a convivência”. Essa metodologia busca valorizar as vivências dos estudantes e promover uma educação crítica e reflexiva, conectando o aprendizado escolar com a realidade sociocultural dos educandos (Freitas et al., 2024). Assim, o objetivo é formar sujeitos que possam transformar sua realidade local por meio de uma prática pedagógica situada e dialógica.

A relevância da pedagogia da alternância é observada em seu potencial para promover uma educação inclusiva e socialmente comprometida. Ao considerar as especificidades dos povos do campo, essa metodologia evita a exclusão escolar e a migração rural, proporcionando uma formação que respeita e fortalece os vínculos dos jovens com suas comunidades (Valadão, 2024; Freitas et al., 2024).

Além disso, a pedagogia da alternância se configura como uma alternativa às práticas educacionais tradicionais, ao integrar de maneira orgânica a teoria e a prática (Almeida;

Barcelos; Gomes, 2021). Essa abordagem permite que o conhecimento adquirido na escola seja aplicado no contexto do meio rural, enriquecendo a formação dos estudantes e ampliando suas possibilidades de atuação profissional e cidadã (Gerke, 2024).

No Brasil, a pedagogia da alternância foi introduzida na década de 1960, por meio de iniciativas de imigrantes italianos no estado do Espírito Santo, que fundaram as primeiras Escolas Famílias Agrícolas. Desde então, esta proposta tem se expandido para outros estados, especialmente nas regiões rurais, consolidando-se como uma metodologia importante para a educação do campo (Valadão, 2024; Freitas et al., 2024).

Essa metodologia também é adotada por programas de educação para a reforma agrária, como o PRONERA, que busca formar educadores comprometidos com a transformação social e o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais (Camacho, 2024). A formação de educadores por meio da pedagogia da alternância se destaca por ser dialógica e participativa, promovendo uma relação horizontal entre os docentes e os educandos (Valadão, 2024). Desta forma, Andrade e Valadão (2020, p. 144) destacam que:

Nesse sentido, a formação integral dos jovens do campo por meio da alternância integrativa, estabelece uma relação de meio e fim, que tem na segunda o meio condutivo de uma educação baseada em práticas sempre apropriadas às necessidades da sociedade para formar profissional, intelectual, humana, social, moral e espiritualmente seres humanos capazes de construir um projeto de vida levando em conta sempre a comunidade do entorno.

A implementação da pedagogia da alternância envolve desafios, especialmente no que se refere à formação continuada de educadores. Muitos monitores e professores que atuam nas escolas do campo não possuem preparação específica para essa metodologia, o que limita a consolidação de práticas pedagógicas mais eficazes e contextualizadas (Andrade; Valadão, 2020; Mileo Junior; Rezende Filho, 2023).

Algo a ser considerado é a articulação entre os tempos de formação, que exige uma organização cuidadosa para garantir a continuidade do processo educativo e a conexão entre os diferentes espaços de aprendizagem. A integração entre o tempo-escola e o tempo-comunidade é fundamental para que a alternância seja eficaz, promovendo uma formação consistente e significativa para os estudantes (Andrade; Valadão, 2020; Mileo Junior; Rezende Filho, 2023; Freitas et al., 2024).

A pedagogia da alternância oferece uma formação que vai além do conteúdo acadêmico, pois envolve os estudantes em processos que respeitam suas vivências e os saberes construídos em suas comunidades. Trata-se de uma proposta que constrói uma educação contextualizada, reconhecendo os conhecimentos populares, valorizando a diversidade cultural e fortalecendo a identidade dos sujeitos do campo (Freire, 1996). Como

aponta Arroyo (2004, p.45): “A escola rural, ao não reconhecer o mundo do campo como produtor de saberes, reproduz currículos e métodos urbanos, negando a cultura camponesa e os sujeitos que dela fazem parte”.

Nesse sentido, as práticas educativas desenvolvidas sob a perspectiva da Pedagogia da Alternância buscam romper com esse modelo, promovendo uma educação que valoriza os saberes locais e o protagonismo dos sujeitos do campo.

A metodologia da alternância destaca-se também por seu potencial transformador, ao fomentar a formação de sujeitos críticos e autônomos, capazes de intervir em sua realidade para promover mudanças sociais e econômicas. Essa perspectiva é influenciada pelas ideias de Paulo Freire, que defendeu uma educação libertadora e comprometida com a emancipação dos sujeitos (Almeida; Barcelos; Gomes, 2021; Freitas et al., 2024; Gerke, 2024).

A pedagogia da alternância também se alinha com princípios de sustentabilidade, ao promover uma educação que valoriza a agricultura familiar e as práticas agroecológicas (Almeida; Barcelos; Gomes, 2021; Freitas et al., 2024). Essa abordagem educativa busca formar sujeitos comprometidos com a preservação do meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável de suas comunidades (Camacho, 2024).

A expansão da pedagogia da alternância para diversas regiões do Brasil demonstra seu potencial de adaptação a diferentes contextos culturais e sociais (Freitas et al., 2024; Gerke, 2024). Essa metodologia tem se mostrado eficaz na formação de jovens para atuar em suas comunidades, contribuindo para a melhoria das condições de vida e para o fortalecimento da economia local (Valadão, 2024; Freitas et al., 2024).

A continuidade e o fortalecimento dessa proposta educativa dependem do apoio às políticas públicas e da formação contínua dos educadores que atuam nas escolas do campo (Freitas et al., 2024; Gerke, 2024). A articulação entre os diferentes atores envolvidos é possível assegurar que a pedagogia da alternância se mantenha firme e possa se expandir cada vez mais (Freitas et al., 2024).

A pedagogia da alternância se apresenta como uma resposta às demandas da educação do campo, ao promover uma formação que respeita a cultura e as especificidades dos povos rurais. Sendo assim, essa metodologia representa um avanço significativo na construção de uma educação comprometida com a transformação social e o desenvolvimento sustentável (Camacho, 2024; Freitas et al., 2024).

Desta forma, a pedagogia da alternância tornou-se como uma alternativa inovadora para a educação rural, integrando teoria e prática e promovendo uma formação que prepara os jovens para atuarem de maneira ativa e consciente em suas comunidades (Andrade; Valadão, 2020). Essa abordagem educativa reafirma a importância de uma educação que

dialoga com a realidade e que se compromete com a construção de um futuro mais justo e sustentável (Gerke, 2024).

Educação do Campo e suas relações com a Pedagogia da Alternância

A educação do campo no Brasil é uma prática educacional desenvolvida em resposta às necessidades e reivindicações dos povos do meio rural. Durante muito tempo, a educação destinada a essas comunidades era distante de sua realidade e pouco adequada às suas necessidades. Por isso, tornou-se essencial construir um modelo pedagógico capaz de reconhecer a identidade dos povos do campo e de unir suas experiências de vida ao saber escolar (Caldart, 2008; Lima; Lima, 2020; Freitas et al., 2024). A Educação do Campo, como proposta crítica e alternativa, se consolida como uma educação que vai além do ambiente escolar, propondo uma formação integral que abarca o território e as práticas sociais locais (Molina, 2015; Lima; Lima, 2020). Segundo Silva (2018, p.20):

A Educação do Campo é um projeto construído a partir dos movimentos sociais do campo. Do mesmo modo, ela é fruto também de protestos e da indignação dos povos do campo em relação às precárias condições de vida e de educação nesta porção do espaço brasileiro.

O surgimento da educação do campo está relacionado aos movimentos sociais que foram organizados a partir da década de 1980, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Gerke, 2024). Esses movimentos procuram ressignificar a educação no meio rural, que antes era quase sempre limitada à preparação para o trabalho agrícola, para que se torne uma educação voltada à emancipação dos sujeitos e ao exercício pleno da cidadania (Nosella, 2012; Conte, 2022). Assim, a Educação do Campo foi institucionalizada por meio de diretrizes legais e conferências nacionais, como a realizada em 1998, que marcou a construção de políticas públicas específicas para essa modalidade de ensino (Lima; Lima, 2020).

Desta forma, a Pedagogia da Alternância é uma metodologia que se articula com os princípios da Educação do Campo, propondo uma formação baseada na alternância entre o tempo escola e o tempo comunitário (Gimonet, 2007; Silva, 2018; Freitas et al., 2024; Gerke, 2024). Essa metodologia, que surgiu na França, foi trazida e adaptada ao Brasil para responder às particularidades das escolas do meio rural. Seu grande valor está em aproximar teoria e prática, envolvendo não apenas os estudantes, mas também suas famílias e toda a comunidade no processo de aprendizagem (Arroyo, 2013; Silva, 2020). A alternância permite

que os estudantes permaneçam integrados ao seu território, fortalecendo os vínculos sociais e culturais.

Desta forma, uma das experiências que utiliza a Pedagogia da Alternância no Maranhão é aquela desenvolvida no Projeto de Assentamento Estadual Boa Vista, que tem como foco a formação de jovens em escolas do campo, integrando o ensino técnico de nível médio à vivência comunitária (Silva, 2018). As Escolas Famílias Agrícolas (EFA) associadas a esse projeto adotam um currículo que busca responder às demandas locais, promovendo uma educação contextualizada e conectada às realidades do campo (Camacho, 2024). O projeto se destaca por fornecer uma formação técnica e cidadã, formando indivíduos que atuam como agentes de transformação social em suas comunidades.

O Projeto Profissional do Jovem (PPJ) é outro componente central na formação promovida pela Pedagogia da Alternância. O PPJ consiste em um plano de desenvolvimento elaborado pelos estudantes, em conjunto com a escola e a família, que orienta suas trajetórias educacionais e profissionais (Nosella, 2012; Silva, 2018; Gerke, 2024). Mais do que preparar os jovens para o mercado de trabalho, essa proposta busca incentivar uma formação crítica e reflexiva, capaz de inspirar novos projetos de vida e fortalecer o desenvolvimento das comunidades locais (Molina, 2017; Silva, 2018; Gerke, 2024).

Durante a pandemia da Covid-19, a aplicação da Pedagogia da Alternância gerou desafios significativos, especialmente devido às limitações no acesso às tecnologias digitais por parte dos estudantes do campo (Mileo Junior; Rezende Filho, 2023). Apesar das dificuldades, esta metodologia mostrou-se relevante para manter uma conexão próxima entre a escola e a comunidade, fortalecendo os laços familiares e comunitários durante o ensino remoto emergencial (Arroyo, 2019). A experiência reforçou a importância de práticas educativas que valorizam a vivência comunitária e a participação ativa dos estudantes em suas realidades locais.

Consequentemente a integração entre educação e território é um aspecto central da Educação do Campo. Em projetos como os desenvolvidos em Grajaú, Maranhão, a escola é vista como um espaço educativo que ultrapassa os limites da sala de aula, promovendo uma aprendizagem territorial que considera as especificidades culturais e produtivas locais (Silva, 2018). Essa abordagem focou não apenas a formação técnica, mas também o fortalecimento da identidade e da cidadania dos sujeitos do campo.

Desta forma, a Educação do Campo, ao se articular com a Pedagogia da Alternância, promove uma formação que apoia as diversidades culturais e sociais do meio rural. Essa proposta educativa se distingue justamente por nascer das necessidades reais das comunidades, valorizando seus saberes tradicionais ao mesmo tempo em que dialoga com o conhecimento científico (Caldart, 2009; Silva, 2018; Freitas et al., 2024). Essa articulação

potencializa a formação de sujeitos críticos e participativos, capazes de atuar na transformação de suas realidades.

Portanto, a Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância constituem um paradigma educacional que se contrapõe à lógica tradicional de ensino, ao mesmo tempo em que fortalece a autonomia e a cidadania dos povos do campo. A continuidade dessas práticas requer o apoio de políticas públicas e a valorização das experiências locais, reafirmando o compromisso com uma educação inclusiva e transformadora (Nosella, 2012; Silva, 2018; Freitas et al., 2024).

A alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade

A pedagogia da alternância, criada na França no início do século XX e posteriormente adaptada para diferentes realidades socioeducativas, tem como característica fundamental a divisão do tempo de formação dos estudantes em dois espaços distintos e complementares: o tempo-escola e o tempo-comunidade. Essa alternância tem como objetivo integrar a formação teórica com a realidade vivida pelos sujeitos, criando uma dinâmica pedagógica em que o estudante se torna protagonista do próprio processo formativo, articulando saberes acadêmicos e conhecimentos práticos oriundos de seu território (Saviani, 1991).

O tempo-escola é o período em que o jovem permanece na instituição de ensino (como Casas Familiares Rurais ou Centros Familiares de Formação por Alternância), participando de atividades didáticas formais, debates, oficinas, rodas de conversa e estudos dirigidos. Nesse espaço, o estudante é incentivado a refletir sobre sua realidade, desenvolver capacidades de análise crítica e sistematizar o conhecimento adquirido na prática. É também no tempo-escola que os instrumentos pedagógicos da alternância — como o Caderno da Realidade, o Projeto Profissional do Jovem (PPJ) e o Plano de Formação — são desenvolvidos com maior intensidade, possibilitando a construção coletiva do saber com base nas experiências do tempo-comunidade. De acordo com Arroyo (2004), essa forma de organizar o tempo entre a escola e a comunidade dá voz e protagonismo aos sujeitos do campo, pois reconhece a importância dos saberes locais e contribui para uma formação mais completa dos estudantes.

Por outro lado, o tempo-comunidade representa o momento em que o jovem retorna à sua casa, à propriedade familiar ou ao seu contexto de origem, onde observa, participa e interfere nas práticas sociais, produtivas e culturais da sua comunidade. Durante esse tempo, o estudante realiza atividades planejadas com orientação da escola, como visitas técnicas, entrevistas com moradores, observação de processos produtivos, coleta de dados, desenvolvimento de seu PPJ, entre outros.

Segundo Caldart (2004), esse tempo não deve ser entendido como um intervalo entre momentos escolares, mas como parte essencial do processo pedagógico, onde os jovens produzem conhecimento a partir da realidade concreta. Valadão (2024) também reforça que é nesse tempo-comunidade que os estudantes estabelecem vínculos entre teoria e prática, ressignificando suas experiências e fortalecendo sua identidade como sujeitos do campo. “A alternância propõe que o jovem aprenda tanto no meio escolar quanto no meio social e profissional, num movimento de vaivém entre dois tempos e espaços complementares de formação”(Gimonet, 2007, p. 41).

A alternância entre esses dois tempos permite que os estudantes articulem teoria e prática de maneira dialógica. Essa metodologia rompe com o modelo tradicional e linear da educação, ao reconhecer que o conhecimento não está restrito à sala de aula, mas também presente nas práticas cotidianas, nos saberes populares, na experiência das famílias e na dinâmica da vida comunitária. Ao retornar para o tempo-escola, os jovens compartilham suas vivências, análises e descobertas, enriquecendo o processo educativo com a diversidade de realidades e promovendo a troca de experiências entre os colegas.

Além disso, a alternância favorece o desenvolvimento da autonomia e do protagonismo juvenil, pois estimula os estudantes a se envolverem ativamente em seu território, identificando problemas, propondo soluções e participando das transformações locais. Nesse processo, a comunidade também assume papel central como espaço educativo, colaborando com a formação dos jovens, seja por meio do diálogo com os mais velhos, do apoio às iniciativas escolares ou da valorização dos projetos desenvolvidos pelos estudantes.

Do ponto de vista político e pedagógico, a alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade contribui significativamente para a valorização da educação do campo, ao respeitar os ritmos, os modos de vida e os saberes das populações rurais. Essa pedagogia reconhece que a escola do campo deve estar em sintonia com o projeto de vida dos sujeitos do campo, contribuindo para sua permanência com dignidade nesse território, com acesso à educação de qualidade e com condições para gerar desenvolvimento sustentável e solidário.

Nessa perspectiva, como observa Valadão (2024), a alternância rompe com os modelos tradicionais de educação bancária e promove uma formação integral, contextualizada e crítica, articulada com as necessidades reais das comunidades rurais. Em síntese, a alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade configura-se como uma metodologia potente e transformadora. Ela rompe com a lógica da educação descontextualizada e oferece aos jovens rurais a oportunidade de construir um conhecimento que faz sentido em suas vidas. Trata-se de uma pedagogia do diálogo, da participação, da ação-reflexão e da valorização das identidades culturais e territoriais.

Paulo Freire (1996) já destacava que a educação libertadora é aquela que parte da realidade concreta dos educandos e promove o diálogo entre os saberes populares e os conhecimentos sistematizados, estimulando a ação-reflexão e a transformação social. Ao unir escola e comunidade, teoria e prática, saber acadêmico e saber popular, a pedagogia da alternância reafirma a centralidade da educação como ferramenta de emancipação e transformação social.

Instrumentos da Pedagogia da Alternância

A pedagogia da alternância é uma proposta educacional originária da França no início do século XX e que encontrou, nas realidades do campo brasileiro, terreno fértil para seu desenvolvimento e adaptação. Fundamentada na articulação entre teoria e prática, escola e comunidade, essa pedagogia adota uma metodologia inovadora e comprometida com a formação integral do sujeito, especialmente do jovem do campo. Nessa proposta, os instrumentos da alternância constituem-se como elementos metodológicos fundamentais, organizando e orientando a prática educativa no cotidiano das escolas por alternância, como as Casas Familiares Rurais (CFR) e as Escolas Famílias Agrícolas (EFA).

De acordo com Gimonet (2007, p. 42), a alternância exige uma estrutura pedagógica que dê conta da complexidade do processo de formação do jovem, e para isso “é preciso recorrer a instrumentos que articulem os dois tempos de formação – o tempo-escola e o tempo-comunidade –, possibilitando que o saber circule e se transforme”. Esses instrumentos não são apenas didáticos, mas também políticos e culturais, pois consideram os sujeitos como protagonistas do próprio aprendizado e valorizam os saberes e experiências da vida comunitária.

Caderno da Realidade

O Caderno da Realidade (ou Caderno da Alternância) é um instrumento individual, utilizado pelos educandos para registrar suas vivências, observações e reflexões durante o tempo-comunidade. Esse caderno serve como um elo entre os dois tempos da alternância, promovendo a sistematização das experiências e sua posterior análise no tempo-escola. A escrita nesse caderno é orientada por temas, perguntas norteadoras ou roteiros de observação, que variam conforme o conteúdo trabalhado.

Como afirma Ciavatta (2000, p. 120), “no caderno da alternância, o aluno escreve sua vida, seu território, suas descobertas; ele transforma o vivido em conhecimento”. Dessa forma, esse instrumento contribui para o desenvolvimento da escrita, da análise crítica e da

capacidade de relacionar prática e teoria, além de ser um importante recurso de avaliação formativa.

Plano de Estudo (ou Plano de Formação)

O Plano de Estudo, também chamado de Plano de Formação, é um instrumento coletivo que organiza os conteúdos a serem trabalhados durante os tempos da alternância. Ele é construído de forma participativa, considerando as demandas dos estudantes, as necessidades da comunidade e os objetivos pedagógicos da instituição. Esse planejamento integra saberes escolares e populares, estruturando o currículo de modo interdisciplinar.

Segundo Arroyo (2004, p. 84), “o plano de formação na alternância não parte apenas do que se deve ensinar, mas do que os sujeitos precisam saber para intervir em sua realidade”. Isso significa que o plano é dinâmico, flexível e contextualizado, permitindo que os conteúdos escolares dialoguem com as experiências do cotidiano e com os desafios concretos enfrentados pelos jovens e suas famílias.

Estudo do Meio

O Estudo do Meio é uma prática pedagógica que consiste em levar os estudantes a investigar, observar e interpretar a realidade do território onde vivem. Envolve visitas a propriedades rurais, entrevistas com moradores, análise de práticas produtivas, diagnósticos socioambientais, entre outras atividades. O estudo do meio estimula a curiosidade, a pesquisa, o trabalho em grupo e o desenvolvimento do pensamento crítico.

Para Gimonet (2007, p. 57), “o estudo do meio é uma maneira de fazer com que o jovem veja seu entorno com olhos investigativos, transformando o conhecido em objeto de estudo”. Esse instrumento reforça a valorização do saber local e a importância do conhecimento situado, promovendo a leitura crítica do território e a construção de propostas de intervenção.

Roda de Conversa e Reuniões com Famílias

As rodas de conversa e as reuniões com famílias são momentos importantes de diálogo entre escola, jovens e comunidade. Esses encontros visam o acompanhamento pedagógico, a escuta ativa, o fortalecimento do vínculo educativo e a corresponsabilidade no processo formativo. Permitem também que os pais e responsáveis participem da construção

do PPJ, da avaliação do percurso formativo e da reflexão sobre os desafios da juventude do campo.

Esses instrumentos são fundamentais para consolidar a alternância como prática educativa coletiva e compartilhada. A família, nessa perspectiva, deixa de ser apenas observadora para tornar-se parceira ativa da escola e do processo formativo.

Avaliação Dialógica

A avaliação dialógica é um instrumento pedagógico que rompe com a lógica tradicional da avaliação quantitativa e punitiva. Na pedagogia da alternância, a avaliação é contínua, processual, qualitativa e realizada em diálogo com os sujeitos. Ela considera o desempenho acadêmico, mas também o envolvimento do estudante com sua comunidade, o desenvolvimento de competências socioemocionais, a evolução do seu PPJ e a capacidade de reflexão crítica.

Como reforça Caldart (2004, p. 49), “avaliar, na alternância, é escutar o sujeito e acompanhar seu processo de crescimento, e não apenas medir conteúdos acumulados”. A avaliação é, portanto, uma ferramenta de emancipação, não de exclusão.

Projeto Profissional do Jovem (PPJ)

O Projeto Profissional do Jovem (PPJ) é um dos pilares da pedagogia da alternância. Trata-se de um processo formativo contínuo em que o jovem reflete sobre sua identidade, vocação, realidade e perspectivas de futuro, elaborando um plano de ação para sua vida pessoal, profissional e comunitária. O PPJ é construído de maneira participativa, com o apoio da família, dos monitores e da comunidade, respeitando o contexto local e os desejos do estudante.

Caldart (2004, p. 47) destaca que “o PPJ é, ao mesmo tempo, um instrumento pedagógico e político, pois contribui para que o jovem construa um projeto de vida enraizado em seu território e comprometido com a transformação social”. Ao desenvolver o PPJ, o estudante se apropria de conhecimentos técnicos, econômicos, ambientais e sociais, planejando ações concretas que impactem sua vida e a de sua comunidade.

Os instrumentos da alternância não são apenas métodos pedagógicos, mas expressam uma concepção de educação comprometida com a transformação social, o protagonismo juvenil e a valorização dos territórios do campo. Eles materializam os princípios da pedagogia da alternância e garantem que os dois tempos de formação — escola e comunidade — estejam conectados, construindo uma aprendizagem significativa e emancipadora.

A utilização desses instrumentos contribui para a formação de sujeitos autônomos, críticos e engajados com sua realidade. Ao reconhecer os jovens como produtores de conhecimento e agentes de mudança, a pedagogia da alternância fortalece o sentido da educação do campo como direito e como prática de liberdade.

O Projeto Profissional do Jovem (PPJ) no contexto da Pedagogia da Alternância

O Projeto Profissional do Jovem (PPJ) é uma das ferramentas centrais da pedagogia da alternância, cuja metodologia busca integrar os tempos e espaços de aprendizagem – o tempo-escola e o tempo-comunidade – promovendo uma formação que valoriza o território, os saberes locais e a participação ativa dos sujeitos do campo. No âmbito das Escolas Famílias Agrícolas (EFA), especialmente aquelas inseridas em contextos de reforma agrária, como no caso do Assentamento Boa Vista, o PPJ assume papel fundamental na construção da identidade, da autonomia e do protagonismo juvenil.

O PPJ pode ser compreendido como um plano de vida e de ação que o jovem desenvolve a partir de sua realidade social, econômica e cultural. Ele é elaborado de forma individual, mas com forte caráter coletivo, pois envolve o diálogo com a família, com os educadores e com a comunidade. Como afirma Nosella (2012), “o PPJ não é apenas um exercício técnico; é, acima de tudo, um instrumento político e pedagógico que mobiliza o jovem a se reconhecer como sujeito histórico”. Ao planejar seu projeto, o estudante analisa as condições de vida em sua comunidade, identifica problemas e propõe soluções a partir de seus conhecimentos e interesses, o que reforça sua inserção ativa no meio rural.

A pedagogia da alternância compreende que a educação não pode ser descolada da vida concreta dos estudantes. Assim, o PPJ surge como ponte entre o conhecimento escolar e a realidade cotidiana. Essa mediação permite que o jovem aprenda a partir da experiência e da reflexão crítica, como propunha Paulo Freire, cujas ideias influenciam diretamente as práticas educativas da educação do campo. Para Gerke (2024), o PPJ é “um espaço pedagógico privilegiado onde o estudante articula teoria e prática, ao mesmo tempo em que constrói sentido para sua trajetória educacional e profissional”.

O processo de elaboração do PPJ envolve diversas etapas e instrumentos, tais como o caderno de realidade, o diagnóstico do meio, o plano de ação e o acompanhamento pedagógico. Esses elementos permitem uma observação crítica do contexto local e orientam a construção de soluções contextualizadas. O caderno da realidade, por exemplo, leva o estudante a registrar informações sobre sua vida, seu território, sua família e as atividades produtivas da comunidade. A partir dele, elabora-se o diagnóstico do meio, que aprofunda a

análise da realidade, revelando desafios e potencialidades locais. Esse processo culmina na elaboração do plano de ação do PPJ, que descreve objetivos, metas, estratégias e cronograma de execução.

O papel do educador nesse percurso é fundamental. Ele não é um transmissor de conhecimento, mas um mediador que estimula o jovem a pensar criticamente sobre sua realidade e a buscar alternativas viáveis para transformá-la. Como apontam Andrade e Valadão (2020), a pedagogia da alternância “rompe com a lógica bancária da educação tradicional e constrói um caminho formativo baseado no diálogo, na escuta e na valorização dos saberes populares”. Ao acompanhar o desenvolvimento do PPJ, o educador atua como orientador e facilitador do processo de aprendizagem, fortalecendo a autonomia e a autoconfiança do estudante.

Além de contribuir para o crescimento pessoal e profissional do jovem, o PPJ tem implicações mais amplas na dinâmica das comunidades rurais. Projetos desenvolvidos por jovens com base em princípios agroecológicos, por exemplo, têm promovido alternativas sustentáveis de produção e comercialização. Muitos estudantes optam por projetos voltados à agricultura familiar, ao beneficiamento de produtos locais, à criação de pequenos animais ou à prestação de serviços à comunidade. Essa diversidade demonstra o potencial do PPJ como ferramenta de desenvolvimento territorial.

Nos assentamentos, como o Boa Vista, observa-se que o PPJ tem contribuído para a permanência dos jovens no campo, mitigando a migração e promovendo o fortalecimento da identidade camponesa. Ao perceberem que podem construir um futuro viável e digno no meio rural, os jovens passam a valorizar suas origens e se tornam agentes de transformação social. Segundo Molina (2017, p. 150), “o projeto de vida construído no PPJ não se limita ao campo profissional; ele é, sobretudo, uma proposta formativa que estimula o jovem a se reconhecer como sujeito histórico e social”.

O PPJ também fortalece o vínculo entre escola e comunidade. Ao desenvolverem seus projetos, os jovens mobilizam conhecimentos locais, dialogam com lideranças comunitárias e constroem relações de solidariedade e cooperação. Isso contribui para consolidar a escola como um espaço de formação cidadã e de promoção do desenvolvimento local. Como destaca Camacho (2024), “o PPJ é um exercício formativo que alia conhecimento e pertencimento, ação e reflexão, sendo um instrumento pedagógico profundamente conectado com as necessidades e os sonhos dos jovens do campo”.

A relevância do PPJ torna-se ainda mais evidente quando se considera o contexto de desigualdade e vulnerabilidade vivido pelas populações rurais. Em um cenário em que a juventude rural frequentemente enfrenta limitações de acesso a políticas públicas, crédito, infraestrutura e oportunidades de estudo e trabalho, o PPJ oferece uma resposta educativa

coerente e transformadora. Ao mesmo tempo em que capacita tecnicamente, ele estimula o pensamento crítico, o espírito cooperativo e a responsabilidade social.

Conclui-se, portanto, que o Projeto Profissional do Jovem não é apenas um componente curricular das EFA, mas um eixo estruturante da pedagogia da alternância e, por conseguinte, da educação do campo. Assim sendo, ele expressa, de forma concreta, os princípios da educação do campo: formação integral, valorização dos saberes locais, diálogo entre escola e comunidade, protagonismo juvenil e compromisso com a transformação social. Como instrumento pedagógico, o PPJ amplia horizontes, fortalece a identidade camponesa e contribui para a construção de um projeto de campo justo, solidário e sustentável.

Como o Projeto Profissional do Jovem (PPJ) contribui para a autonomia e o protagonismo juvenil no campo

O Projeto Profissional do Jovem (PPJ), articulado à metodologia da pedagogia da alternância, desempenha um papel essencial na formação de sujeitos autônomos e protagonistas no contexto da educação do campo. Sua principal contribuição está na possibilidade de o jovem planejar, executar e avaliar um projeto de vida baseado em sua realidade local, o que exige reflexão crítica, tomada de decisões e responsabilidade. Ao propor que o estudante analise o território em que vive e desenvolva ações concretas de transformação, o PPJ fortalece sua capacidade de agir com autonomia e de se reconhecer como sujeito ativo na construção de seu futuro. Nessa perspectiva, como aponta Arroyo (2012), a educação do campo deve reconhecer os jovens como sujeitos históricos, portadores de saberes próprios e de vínculos com a terra, cuja formação deve ser voltada para o fortalecimento de sua identidade e de sua capacidade de intervir no mundo a partir de sua realidade. No cotidiano das Escolas Famílias Agrícolas (EFA), o PPJ atua como espaço de escuta e valorização das experiências juvenis. Através dos instrumentos pedagógicos utilizados — como o caderno de realidade, o diagnóstico do meio e o plano de ação — os jovens são incentivados a identificar demandas da comunidade e propor soluções viáveis. Esse processo exige protagonismo, pois são os próprios estudantes que conduzem seus projetos, com apoio de educadores e da família, assumindo responsabilidades e liderando iniciativas com impacto social, ambiental ou produtivo.

Além disso, o PPJ possibilita que o jovem compreenda sua trajetória como parte de um processo coletivo. Ao integrar o tempo-escola e o tempo-comunidade, ele promove o diálogo entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais, criando condições para que o estudante tome decisões conscientes e contextualizadas. Como afirmam Freitas et al.

(2024), “a pedagogia da alternância proporciona ao jovem o espaço para se ver como protagonista de sua própria história, ao mesmo tempo em que se compromete com o bem comum”.

Portanto, ao fomentar o autoconhecimento, o senso de pertencimento e a capacidade de iniciativa, o PPJ se consolida como uma ferramenta pedagógica estratégica para o fortalecimento da autonomia e do protagonismo juvenil no meio rural, contribuindo para a construção de uma juventude crítica, engajada e comprometida com a transformação de seu território.

A autonomia juvenil, no contexto da pedagogia da alternância, não é entendida como um ato isolado ou individualista, mas como resultado de um processo educativo contínuo que estimula o jovem a tomar decisões conscientes a partir de sua inserção social e cultural. Ao desenvolver seu Projeto Profissional, o estudante é convidado a refletir criticamente sobre sua história de vida, suas condições materiais e simbólicas e os desafios do território em que vive. Esse exercício não apenas amplia sua capacidade de análise, mas também fortalece a autoconfiança e a capacidade de planejamento, elementos centrais da autonomia.

Essa construção do protagonismo também é coletiva. O PPJ mobiliza a participação da família, dos educadores e da comunidade, criando uma rede de apoio que fortalece a ação do jovem e o insere como sujeito ativo na dinâmica social. Como aponta Silva (2018), o protagonismo juvenil promovido pela pedagogia da alternância “rompe com a passividade imposta historicamente à juventude camponesa, ao convocá-la a assumir papéis de liderança e transformação em seu meio social”. Dessa forma, o jovem passa a ser reconhecido não apenas como aluno, mas como agente de mudanças.

Além disso, o PPJ proporciona ao jovem a oportunidade de desenvolver competências socioemocionais e técnicas que são pouco valorizadas nos modelos educacionais tradicionais. A organização do projeto exige planejamento, gestão de recursos, definição de metas e acompanhamento de resultados, o que envolve responsabilidade, criatividade, resiliência e capacidade de resolver problemas. Essas habilidades são fundamentais para que os jovens enfrentem os desafios do mundo contemporâneo e para que possam permanecer e prosperar no campo com dignidade e autonomia.

O vínculo entre o projeto pessoal e o território é outra dimensão essencial do PPJ. Ao elaborar um plano de ação com base na realidade local, o jovem reafirma sua identidade camponesa e fortalece os laços com sua cultura, seus saberes e sua comunidade. Em vez de buscar no espaço urbano a única alternativa de futuro, ele passa a enxergar no campo um espaço possível de vida, de trabalho e de realização pessoal e coletiva. Isso é particularmente importante em contextos marcados pelo êxodo rural e pela desvalorização da juventude camponesa. Como afirma Gerke (2024), “o PPJ devolve ao jovem a esperança de permanecer

no campo com dignidade, rompendo com a lógica do abandono e do deslocamento forçado”.

Por fim, vale destacar que o protagonismo juvenil estimulado pelo PPJ está alinhado com os princípios da educação popular e da pedagogia freiriana, ao promover uma formação crítica, dialógica e voltada para a transformação da realidade. O jovem é chamado a intervir em seu contexto, a pensar coletivamente e a assumir compromissos éticos com sua comunidade. Como sintetiza Freitas et al. (2024, p. 456), “a prática do PPJ forma sujeitos que não apenas conhecem sua realidade, mas que se mobilizam para transformá-la, tornando-se protagonistas de sua própria história e da história de seu povo”.

Resultados e discussão

Procedimentos metodológicos

Os resultados aqui apresentados derivam de uma investigação de natureza qualitativa, com caráter exploratório-descritivo, cuja coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário semiestruturado on-line. A amostra da pesquisa constituiu-se de 10 jovens egressos do Projeto Profissional do Jovem (PPJ), provenientes de diferentes comunidades rurais do município de Grajaú-MA e região, todos concluintes do programa nos anos de 2023 e 2024. O questionário aplicado foi composto por 13 questões, abrangendo perguntas abertas e fechadas, com o intuito de captar tanto dados objetivos quanto percepções subjetivas dos participantes. O instrumento foi elaborado em formato digital (Word) e encaminhado por meio do aplicativo WhatsApp, estratégia escolhida por sua praticidade e alcance entre os jovens da comunidade. Após a coleta, os dados foram tratados por meio da técnica de análise de conteúdo, o que permitiu a categorização das respostas em eixos temáticos. Esse procedimento possibilitou a sistematização das informações, garantindo maior rigor na interpretação e favorecendo a identificação de padrões recorrentes, bem como de singularidades nas falas dos sujeitos investigados.

A opção por esse procedimento metodológico possibilitou reunir informações acerca das percepções e experiências desses sujeitos, permitindo identificar os impactos do PPJ em sua formação, nos processos de ensino-aprendizagem mediados pela Pedagogia da Alternância, bem como nas projeções e perspectivas de futuro apresentadas pelos participantes.

Perfil dos Respondentes

A faixa etária dos participantes variou entre 18 e 23 anos, revelando a predominância de jovens em fase de transição entre a conclusão do ensino médio e a inserção no mercado de trabalho ou continuidade dos estudos. Em relação ao sexo, observou-se que 60% eram do sexo masculino e 40% do sexo feminino. Essa distribuição reforça que o PPJ consegue envolver tanto homens quanto mulheres em suas atividades. No entanto, ainda existe uma presença maior dos homens, o que pode estar relacionado à tradição histórica de associar o trabalho agrícola ao gênero masculino e às funções desempenhadas no campo (Arroyo, 1999).

As comunidades de origem foram diversas, com destaque para os povoados e assentamentos rurais, como Projeto Boa Vista, Vale do Barbosa, Varjão do Meio e localidades do município de Arame-MA. Essa diversidade territorial aponta para a abrangência da Educação do Campo por meio da Pedagogia da Alternância e a importância do PPJ como política educativa voltada à juventude rural, alcançando realidades distintas, mas que compartilham desafios comuns especialmente quando pensamos na permanência dos jovens no campo e na valorização da agricultura familiar como profissão (Ribeiro, 1982).

Experiência no PPJ

Ao serem questionados sobre a avaliação geral de sua participação no PPJ, a maioria dos jovens classificou a experiência como “positiva” ou “muito positiva”. Nenhum participante a considerou negativa, o que indica elevado grau de satisfação com a metodologia e com os conhecimentos adquiridos. Esse dado revela que o PPJ cumpre um papel relevante de proporcionar ao jovem um espaço de aprendizagem diferenciado, que combina teoria e prática (Freire, 1996).

Quanto às aprendizagens adquiridas, os resultados mostraram diversidade de respostas. Metade dos participantes destacou os conhecimentos técnicos relacionados à produção agrícola e às práticas sustentáveis como principal legado do programa. Já 40% relataram o desenvolvimento pessoal, como o fortalecimento da autonomia, da disciplina e da capacidade de enfrentar desafios. Por fim, 10% destacaram a convivência comunitária, ressaltando a importância da integração social promovida pelo projeto. Esses achados sugerem que o PPJ vai além da simples transmissão de conhecimentos técnicos, abrangendo dimensões sociais e humanas, alinhadas à perspectiva integral da formação defendida pela Pedagogia da Alternância (Caldart, 2004).

Pedagogia da Alternância

A pesquisa também buscou avaliar a efetividade da metodologia da Pedagogia da Alternância, pilar fundamental do PPJ. O princípio do tempo-escola e tempo-comunidade foi considerado positivo pela maioria dos respondentes, que afirmaram ter conseguido aplicar no cotidiano comunitário os conteúdos discutidos em sala de aula. Entretanto, alguns apontaram que essa aplicação ocorreu apenas parcialmente, sugerindo a existência de lacunas na integração entre teoria e prática.

Outro aspecto analisado foi o uso do caderno da alternância (ou plano de estudo). Grande parte dos estudantes afirmou que esse instrumento foi útil para o acompanhamento da formação, permitindo o registro de experiências e o fortalecimento da autonomia. Contudo, houve quem considerasse seu uso apenas parcial, indicando que a eficácia do recurso depende do acompanhamento pedagógico e do engajamento individual do estudante. Esses resultados estão em consonância com a literatura sobre a Pedagogia da Alternância, que ressalta seus desafios na prática pedagógica: exige dedicação dos educadores, envolvimento da família e acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas no tempo-comunidade (Nosella, 2012).

Impactos do PPJ

No que se refere à permanência no campo, observou-se que aproximadamente metade dos jovens declarou ter sido influenciada pelo PPJ a permanecer na agricultura familiar. Essa constatação revela que o projeto desempenha um papel de estímulo à valorização da vida no campo, contribuindo para evitar o êxodo rural juvenil. Por outro lado, parte dos participantes afirmou não ter sido influenciada nesse sentido, planejando migrar para outros setores profissionais ou urbanos. Essa ambivalência é compreensível, considerando os desafios enfrentados no meio rural, tais como falta de políticas públicas consistentes, ausência de infraestrutura e carência de recursos para viabilizar projetos produtivos (Nosella, 2012).

As principais dificuldades enfrentadas durante o PPJ foram a falta de recursos materiais e financeiros, a dificuldade de conciliar os estudos com outras responsabilidades e a inexperience na área agrícola. Essas dificuldades refletem problemas estruturais recorrentes no contexto rural, reforçando a necessidade de maior apoio institucional e comunitário para garantir condições adequadas ao desenvolvimento pleno das atividades do projeto (Freire, 1996).

Perspectivas Futuras

Os resultados também evidenciam a diversidade de trajetórias que os jovens projetam para o futuro após a conclusão do PPJ. Cerca de 30% planejam seguir trabalhando na agricultura familiar, demonstrando a intenção de aplicar os conhecimentos adquiridos na prática produtiva de suas comunidades. Outros 40% manifestaram o desejo de atuar em setores profissionais fora do campo, enquanto 30% afirmaram pretender continuar os estudos ou empreender em suas comunidades. Esse dado evidencia que, embora o PPJ seja voltado ao fortalecimento da agricultura familiar, seu impacto ultrapassa essa fronteira, ampliando horizontes e oferecendo aos jovens ferramentas para escolhas diversas em suas vidas profissionais (Arroyo, 2004).

Continuidade do PPJ

De forma unânime, os participantes defenderam a continuidade do PPJ em suas comunidades. As justificativas apresentadas apontam para múltiplos benefícios do projeto, entre os quais se destacam: a valorização da agricultura e da vida no campo; a inclusão social e profissional de jovens; o fortalecimento da economia local; a formação de sujeitos críticos e preparados para os desafios contemporâneos; e a melhoria da qualidade de vida comunitária (Freire, 1996). Essas percepções ficam evidentes nas falas dos egressos:

“Sim, pois contribui não apenas para a formação dos jovens, mas também para a valorização da agricultura, inclusão social e profissional, fortalece a economia local, melhora a qualidade de vida e o senso de sociedade” (Aluno 1).

“Claramente deve continuar, por motivos de aprendizagem, tanto em área técnica quanto em desenvolvimentos profissionais e pessoais, fazendo com que os alunos busquem o conhecimento que não se aplicam dentro da sala de aula” (Aluno 2).

“Deve ser aplicado sim, é uma ótima preparação para a vida e ajuda nos desafios que vamos encontrar na faculdade” (Aluno 3).

“Em minha opinião, o PPJ deve sim continuar sendo aplicado em nossa comunidade. No entanto, para que alcance resultados ainda melhores, é importante que receba mais recursos e apoio, tornando-se cada vez mais profissional” (Aluno 4).

“O PPJ deve continuar sendo aplicado em minha comunidade, pois é uma iniciativa muito importante para o crescimento e desenvolvimento dos jovens. Ele oferece oportunidades de aprendizado, incentiva a buscar conhecimento e fortalece a comunidade” (Aluno 5).

Esses relatos confirmam que, além dos impactos individuais, o PPJ é reconhecido como uma política educativa transformadora no âmbito comunitário, reforçando a necessidade de sua manutenção e ampliação.

Apesar dos resultados evidenciarem percepções positivas sobre o PPJ, é necessário problematizar os limites estruturais que perpassam a sua implementação. A satisfação relatada pelos jovens não deve obscurecer os desafios recorrentes, como a escassez de recursos financeiros, a sobrecarga de responsabilidades e a insuficiência de políticas públicas que assegurem a continuidade de seus projetos no campo.

Nesse sentido, embora a Pedagogia da Alternância e o PPJ promovam protagonismo e autonomia juvenil, sua efetividade está condicionada a um suporte institucional que muitas vezes se mostra insuficiente. Sem esse respaldo, corre-se o risco de que as conquistas formativas fiquem restritas ao plano individual, sem desdobramentos coletivos mais consistentes para o fortalecimento da agricultura familiar e da permanência da juventude no campo. Essa contradição revela que essa pedagogia, por si só, não é suficiente para enfrentar as desigualdades estruturais que afetam a educação no/do campo, exigindo um diálogo mais estreito entre escola, comunidade e políticas públicas.

Considerações finais

A investigação demonstrou que a Pedagogia da Alternância, ao integrar teoria e prática nos tempos de escola e comunidade, constitui uma metodologia relevante para a educação do campo. No contexto do Projeto Profissional do Jovem (PPJ), tal proposta mostrou-se eficaz na formação integral dos sujeitos, ao promover aprendizagens técnicas, sociais e humanas, valorizando os saberes locais e fortalecendo a autonomia e o protagonismo juvenil.

Os resultados revelaram que a experiência no PPJ foi avaliada positivamente pelos participantes, indicando impactos que extrapolam a dimensão acadêmica. Além dos conhecimentos específicos relacionados à agricultura familiar e às práticas sustentáveis, os jovens destacaram a contribuição do programa para o desenvolvimento pessoal, a capacidade de enfrentar desafios e a construção de perspectivas de futuro. Nesse sentido, o PPJ reafirma seu papel como instrumento pedagógico e político voltado à permanência digna da juventude no campo e ao fortalecimento das comunidades rurais.

Entretanto, o estudo também evidenciou limitações que comprometem a plena efetividade do projeto, tais como a carência de recursos materiais, a dificuldade de conciliar responsabilidades e a insuficiência de apoio institucional. Tais obstáculos indicam a necessidade de políticas públicas consistentes e da ampliação da formação continuada de

educadores, de modo a assegurar condições adequadas para o desenvolvimento das atividades e para a consolidação da Pedagogia da Alternância (Saviani, 1991).

Conclui-se que o PPJ, fundamentado na Pedagogia da Alternância, representa uma estratégia formativa capaz de articular conhecimento científico e experiência comunitária, promovendo uma educação contextualizada e socialmente comprometida. Sua continuidade e fortalecimento são fundamentais para a construção de uma educação do campo crítica, inclusiva e emancipatória, que contribua para a transformação social e para a consolidação de um projeto de campo justo e sustentável (Caldart, 2004).

Referências

- ALMEIDA, Sara Ferreira de; BARCELOS, DaianeCenachi; GOMES, Danila Ribeiro. Educação do Campo como expressão do legado de Paulo Freire: educar para a liberdade na licenciatura por meio da Pedagogia da Alternância e do Projeto de Estudo Temático. **PráxisEducativa**, Ponta Grossa, v. 16, e2116624, p. 1-19, 2021.
- ANDRADE, Jackeline Amantino de; VALADÃO, José de Arimatéia Dias. Pedagogia da alternância e inovação social em Rondônia: as traduções da educação do campo no contexto amazônico. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 16, p. 143-157, 2020.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. **Currículo: território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- ARROYO, Miguel Gozalez. Outro paradigma pedagógico de formação de educadores do campo? In: MOLINA, Mônica Castagna; MARTINS, Maria de Fátima Almeida (Org.). **Formação de Formadores: reflexões sobre as experiências da Licenciatura em Educação do Campo no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 79-100.
- ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CALDART, Roseli Salete. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, C. A. dos. (Org.). **Educação do Campo: Campo – Políticas Públicas – Educação**. Brasília: MDA, 2008. p. 68-86.
- CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 7, p. 35-64, 2009.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escolas e pedagogia em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CAMACHO, Rodrigo Simão. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária: política de formação emancipatória de educadores(as) - camponeses(as) por meio da Pedagogia da Alternância. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 2, e9829, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.47946/rnera.v27i2.9829>>. Acesso em: 29 out. 2024.
- CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: escola e trabalho, cidadania e juventude**. São Paulo: SENAC, 2000.

CONTE, Isaura Isabel. Pedagogia da alternância na educação do campo em uma escola pública. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 1-20, jan./dez. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.29286/rep.v31ijan/dez.12746>>. Acesso em: 29 out. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Vinicius da Silva; AMPARO, Victor Martins do; NERI, Welvis da Cruz; SILVA, Cícero José da; SILVA JÚNIOR, Adonias Soares da; VIEIRA, Maurício Aires. Pedagogia da alternância e formação docente para educação no/do campo. **Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, v. 2, p. 447-462, abr./ago. 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.33871/23594381.2024.22.2.8513>>. Acesso em: 29 out. 2024.

GERKE, Janinha. Pedagogia da alternância e formação docente do campo no Espírito Santo. **Revista Olhares**, Guarulhos, v. 1, 2024. Disponível em: <<https://revistaolhares.com.br>>. Acesso em: 29 out. 2024.

GIMONET, Jean Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Tradução de Thierry de Burghgrave. Petrópolis, RJ: Vozes, Paris: AIMFR- Associação Internacional dos Movimentos Familiares Rurais, 2007.

GRANEREAU, Abbé. **O Livro de Lauzun: onde começou a Pedagogia da Alternância**. Fortaleza: Edições UFC, 2020.

LIMA, Aldinete Silvino de; LIMA, Iranete Maria da Silva. A pedagogia da alternância em cursos de licenciatura em educação do campo que forma professores de matemática. **Revista União**, n. 58, p. 11-24, abr. 2020. Disponível em: <<https://union.fespm.es/index.php/UNION>>. Acesso em: 29 out. 2024.

MELO, André de Oliveira; TORRES, Iraíldes Caldas. Formação de Educadores (as) na Pedagogia da Alternância no Amazonas: cenários e desafios. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 16, n. 5, p. 2411-2426, 2023.

MILEO JÚNIOR, Paulo Rogério Abrão; REZENDE FILHO, Luiz Augusto Coimbra de. Educação do campo e pedagogia da alternância durante a pandemia do novo coronavírus: uma revisão sistemática de literatura. **SciELOPreprints**, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6072>>. Acesso em: 29 out. 2024.

MOLINA, Mônica Castagna. Expansão das licenciaturas em educação do campo: desafios e potencialidades. **Educar em Revista**, n. 55, p. 145-166, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n55/0101-4358-er-55-00145.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2024.

MOLINA, Mônica Castagna. Contribuições das Licenciaturas em Educação do Campo para as políticas de formação de educadores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 140, p. 587-609, jul./set., 2017. Acesso em: 29 out. 2024.

NOSELLA, Paulo. **Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil**. Vitória, ES: EDUFES, 2012.

NOSELLA, Paulo. Cinquenta anos de Pedagogia da Alternância no Brasil: conflitos e desafios. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 12, pág. 10-19, 2020. Disponível

em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao>>. Acesso em: 29 out. 2024.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 13. ed. Campinas: Autores Associados, 1991.

SILVA JUNIOR, C. H. L. [et al.]. Dinâmica das Queimadas no Cerrado do Estado do Maranhão, Nordeste do Brasil. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, v. 35, p. 01-14, 2018.

VALADÃO, Alberto Dias. A Pedagogia da Alternância sob diferentes olhares: relato de formação com alunos do Curso de Pedagogia, com monitores do CEFFA e com professores do Educampo. **Revista Brasileira de Educação do Campo (RBEC)**, Tocantinópolis/Brasil, v. 9, e16036, 2024. Disponível em: <<https://rbec.edu.br>>. Acesso em: 29 out. 2024.

Apêndice



Questionário

Data: ____ / ____ / ____

Título da Pesquisa: PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO PROFISSIONAL DOS JOVENS (PPJ) EGRESSOS DO ASSENTAMENTO BOA VISTA

Cumprimentos ao(à) Sr(a). Sou estudante de Ciências humanas/Geografia da Universidade Federal do Maranhão e estou desenvolvendo uma pesquisa científica que tem como objetivo compreender as contribuições da Pedagogia da Alternância e do Projeto Profissional do Jovem (PPJ) para a formação e trajetória dos jovens egressos do Assentamento Boa Vista.

O estudo busca analisar como o PPJ se relaciona com a vida comunitária, a inserção no mundo do trabalho, a valorização dos saberes locais e o fortalecimento da identidade camponesa. Além disso, pretende compreender de que forma o tempo-escola e o tempo-comunidade influenciaram o processo formativo dos participantes e seus projetos de vida.

Sendo assim, venho solicitar sua colaboração ao responder às questões que seguem, ressaltando que sua participação é voluntária e as informações fornecidas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos, garantindo o sigilo e a confidencialidade dos dados.

Desde já, agradeço sua atenção e disponibilidade

Seção 1 – Perfil do Respondente

1. Idade: ____
 2. Sexo:
 - ☐ Feminino
 - ☐ Masculino
 - ☐ Prefiro não informar
 3. Comunidade de origem: ____
 4. Ano em que concluiu o PPJ: ____
-



Seção 2 – Experiência no PPJ

5. Como você avalia sua participação no PPJ?

- ☐ Muito positiva
- ☐ Positiva
- ☐ Regular
- ☐ Negativa

6. Você acredita que o PPJ contribuiu para sua formação pessoal e profissional?

- ☐ Sim
- ☐ Parcialmente
- ☐ Não

7. Qual foi a principal aprendizagem adquirida durante o PPJ?

- ☐ Conhecimentos técnicos
- ☐ Desenvolvimento pessoal
- ☐ Convivência comunitária
- ☐ Outro: _____

Seção 3 – Pedagogia da Alternância

8. O tempo-escola e o tempo-comunidade ajudaram você a aplicar o que aprendeu?

- ☐ Sim
- ☐ Parcialmente
- ☐ Não

9. O caderno da alternância (ou plano de estudo) foi útil no acompanhamento da sua formação?

- ☐ Sim
- ☐ Parcialmente
- ☐ Não

Seção 4 – Impactos e Desafios

10. O PPJ influenciou sua decisão de permanecer no campo?



- ☐ Sim
- ☐ Não

11. Quais foram as principais dificuldades durante o PPJ? (pode marcar mais de uma)

- Falta de recursos
- Apoio familiar/comunitário limitado
- Dificuldade com os estudos
- Outro: _____

Seção 5 – Perspectivas Futuras

12. Após sua participação no PPJ, quais são seus planos principais?

- ☐ Seguir estudando
- ☐ Trabalhar na agricultura familiar
- ☐ Atuar em outro setor profissional
- ☐ Empreender na comunidade

13. Em sua opinião, o PPJ deve continuar sendo aplicado em sua comunidade?
Por quê? (*resposta aberta*)